

V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

**ARQUIVOLOGIA E INTERNET:
CONEXÕES PARA O FUTURO**

01 a 05 de Outubro 2012 | Salvador-BA
Pestana Bahia Hotel

TRABALHOS COMPLETOS

www.enara.org.br/cna2012
Salvador. A Capital Nacional da Arquivologia em 2012

SUMÁRIO

QUANDO O ACESSÁVEL PODE NÃO SER ACESSÍVEL: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA (SAPL) À LUZ DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, **JOSÉ CANUTO DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Henrique Elias Cabral França)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA E SUA CONSOLIDAÇÃO LEGAL NO BRASIL: PROPOSTAS DE REFLEXÃO PARA O PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **HENRIQUE ELIAS CABRAL FRANÇA (e co-autoria de José Canuto Da Silva Júnior)**

INVESTIGAÇÃO DO USO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE: UMA VISÃO ATRAVÉS DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, **WENDEL GIBBON DE OLIVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti; Angélica C. D. Miranda)**

PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS DA CLASSIFICAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES AO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES-FIM DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES, **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Andressa Furtado da Silva de Aguiar; Gleice da Silva Branco)**

CURSO DE QUÍMICA INDUSTRIAL/UFRGS TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA DOS HISTÓRICOS ESCOLARES, **BRUNA ARGENTA MODEL (e co-autoria de Ana Regina Berwanger)**

A INOVAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA: CONCEITO E CIÊNCIA PARA A SOCIEDADE, **ELIANDRO DOS SANTOS COSTA (e co-autoria de Maria Inês Tomael, Mayara Talita dos Santos)**

DISCUTINDO A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL, **LAERTE PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Thais Helen do Nascimento Santos)**

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS INTEGRADAS: O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA (e co-autoria de Maria Meriane Vieira Rocha)**

LEVANTAMENTO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE UMA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS PRELIMINARES PARA UMA GESTÃO ARQUIVÍSTICA, **CLODEMIR DA COSTA NASCIMENTO (e co-autoria de Rosa Zuleide Lima de Brito, Julianne Teixeira e Silva)**

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **MARIA MERIANE VIEIRA DA ROCHA (e co-autoria de Julianne Teixeira e Silva)**

O FLUXO DOCUMENTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA, **MARCIO BEZERRA DA SILVA (e co-autoria de Wendia Oliveira de Andrade, Rosa Zuleide de Brito)**

FOTOGRAFIAS DO CHCP: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA, **MARIA CANDIDA DA SILVEIRA SKREBSKY (e co-autoria de Carlos Blaya Perez)**

ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS SOB A PERSPECTIVA DOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS, **THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS (e co-autoria de José Washington de Moraes Medeiros)**

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO: DESVENDANDO O PROTOCOLO DO IMEQ/PB – INMETRO, **ESMERALDA PORFIRIO DE SALES (e co-autoria de Christian Palmer Ferreira da Silva, João Paulo do Nascimento Soares)**

A COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS DA UFF: UM PROCESSO ARQUIVÍSTICO DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO., **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Jorge Martins Fagundes, Beatriz Bahia, Igor Garcez, Pablo Souza Vaqueiro)**

FACULDADE DE DIREITO CLOVIS BEVILAQUA: A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA ATRAVÉS DO ICA-ATOM, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Bruna Paim Reis, Daniel Flores)**

A POLÍTICA DE ARRANJO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Karin Christine Schwarzbald; Tatiane Vedoin Viero)**

A JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB) E O USO DO SRI TEBAS, **WENDIA OLIVEIRA DE ANDRADE (e co-autor Marcio Bezerra da Silva)**

A TEORIA E A "PRÁXIS" DAS TRÊS IDADES DOCUMENTAIS NA REALIDADE DAS MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS NOS ARQUIVOS BRASILEIROS, **KLEANE PÂMELA PEREIRA DOS SANTOS (e co-autoria de Rodrigo Fortes)**

UM RECORTE DA REALIDADE DA PROFISSÃO DO ARQUIVISTA: A ATUAÇÃO DOS ARQUIVISTAS NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS, **STELA LICHTENHELD CRAUS (e co-autoria de Maria Beraldi Passini de Castro)**

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS EM UNIVERSIDADES: UM ESTUDO DE TRÊS CASOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A DIFUSÃO E A "PÓS-DIFUSÃO" CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARQUIVO., **SUELLEN BARBOSA GALDINO (e co-autoria de Rodrigo Fortes de Ávila)**

PERSPECTIVAS PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO PARA O ARQUIVO MUSICAL DA BANDA DE MÚSICA 5 DE AGOSTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB, **EGBERTO DA SILVA LIMA (e co-autoria de Manuela E. Maia, Rodrigo Fortes de Ávila)**

LEI DE ACESSO: A EXPERIÊNCIA DA UFRGS, **RITA DE CÁSSIA PORTELA DA SILVA (e co-autoria de Flávia Helena Conrado)**

A INSERÇÃO SOCIAL DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA : O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL), **LINETE BARTALO (e co-autoria de Ivone Guerreiro Di Chiara; Miguel Luiz Contani)**

O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO A PARTIR DA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, **MARCELA GONÇALVES TEIXEIRA (e co-autoria de Daniel Flores)**

CATÁLOGO SELETIVO DO 1º SEMINÁRIO DE ENSINO EM ARQUIVOLOGIA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE (e co-autoria de Fabiane Pereira da Silveira, Valéria Raquel Bertotti)**

PALEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE E O ENSINO PALEOGRÁFICO FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS, **ENEIDA IZABEL SHIRMER RICHTER (e co-autoria de Rafael Chaves Ferreira)**

POLÍTICAS DE ACCESO A LA INFORMACIÓN Y SU RELACIÓN CON EL CONCEPTO DE CIUDAD-REGIÓN, **MARIA JANNETH ALVAREZ ALVAREZ**

GESTÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE** (e co-autoria de **Luciana Penna dos Santos, Luciana Souza de Brito**)

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: REFLEXÃO DOS CONCEITOS SOB A ÓTICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA** (e co-autoria de **Thiago Gomes Medeiros**)

ARQUIVOLOGIA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO ESSENCIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA, **RAFAEL CHAVES FERREIRA** (e co-autoria de **Glauca Vieira Ramos Konrad**)

O ARQUIVISTA E SUA REPRESENTAÇÃO NAS MÍDIAS: A (DES)CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL, **ALESSANDRO FERREIRA COSTA** (e co-autoria de **Eliane Bezerra Lima**)

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E SEUS NOVOS DESAFIOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A GESTÃO DOCUMENTAL NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM, **ROSINILDA DAMASCENO DOS SANTOS FILHA** (e co-autoria de **Augusto Britto**)

A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUBSTRATO CULTURAL NA CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA., **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA**

A MEMÓRIA E A ARQUIVÍSTICA: RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – RS, **GEISI GRAZIANE GOULARTE ANTONELLO** (e co-autoria de **Carla Saldanha da Silva, Rosani Beatriz Pivetta da Silva**)

DE GUARDIÃO DE DOCUMENTOS A GESTOR DA INFORMAÇÃO: O ARQUIVISTA EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL, **WAGNER RAMOS RIDOLPHI**

AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO DO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), **INGRID RIQUE DA ESCÓSSIA PEREIRA** (e co-autoria de **Janaina Lima dos Santos, Priscila Zelo Patrício de França, Rosa Zuleide Lima de Brito**)

APLICAÇÃO DA NORMA ISDF NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Daine Regina Segabinazzi Pradebon, Lisieli Rorato Dotto, Débora Flores**)

A REVISÃO CURRICULAR EM CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: UM ESTUDO NA UFSM, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Emili Lemanski dos Santos, Lisieli Rorato Dotto, Fernanda Kieling Pedrazzi**)

SENSIBILIZAÇÃO DA NECESSIDADE DE PROFISSIONAL ARQUIVISTA PARA GERENCIAMENTO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO TELEVISIVA, **ANA ISABEL FERREIRA WANDERLEY** (e co-autoria de **Érica Ferreira Rodrigues, Lidiane Carneiro de Sousa, Lidiane da Silva Ferreira**)

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS, MARMORIZAÇÃO DE PAPEL E INCLUSÃO SOCIAL, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Denise Molon Castanho, Luiza Segabinazzi Pacheco**)

DIAGNÓSTICO TÉCNICO E DIRETRIZES PARA REVITALIZAÇÃO DO ARQUIVO DA DIVISÃO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA (DAME) DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEI – UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA** (e co-autoria de **Dulce Amélia de Brito Neves**)

ASPECTOS GERAIS SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS: TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS PÚBLICOS DE ARQUIVO VINCULADOS À APROVAÇÃO DE CONTAS, **DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES** (e co-autoria de **Tânia Maria de Moura Pereira, Eliane Braga de Oliveira, Sérgio P. da Silva Coletto**)

A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMHADU: SUBSÍDIOS PARA A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SISTEMAS DE ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, **GISLAINE PINTO KRAMER** (e co-autoria de **Giulia Machado Tavares, Jorge Alberto Soares Cruz, Rita de Cássia Portela da Silva**)

O PAPEL DO ARQUIVISTA NO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: A EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TREINAMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E ENSINO DE PRÁTICAS E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS, **WELDER ANTONIO SILVA** (e co-autoria de **Wendell Lopes de Assis**)

O NUDOC COMO MEMÓRIA DO CINEMA PARAIBANO, **CAROLINA BARROS MADRUGA** (e co-autoria de **Aline Rouse Almeida da Silva**)

PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO HISTÓRICO DO CPDOC: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, **DANIELE CHAVES AMADO** (e co-autoria de **Martina Spohr**)

GUIA DA COLEÇÃO “JORNAIS DO BRASIL: O ACERVO DE JORNAIS DO ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UFV” E INVENTÁRIO DA SÉRIE “JORNAIS DE ESQUERDA”, **EDUARDO LUIZ DOS SANTOS** (e co-autoria de **Sara Helena Amaral de Sousa**.)

POLÍTICAS DE ACESSO E PRESERVAÇÃO DE COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS DE NEGATIVOS DE VIDRO: QUANDO O PATRIMÔNIO É UMA IMAGEM QUE QUEBRA!, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Carlos Blaya Perez**)

A DIFUSÃO NO USO DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E A FUNÇÃO DO ARQUIVISTA NESSE NOVO CENÁRIO, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA EM REDE: A EXPERIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DIRECIONADA PARA TOMADA DE DECISÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

RELAÇÕES ENTRE OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS E OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS, **ALEXANDRE FERNAL** (e co-autoria de **Fernando Luiz Vechiato**)

A PESQUISA E O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (MAE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR), **ÂNGELA CAROLINA DE CASTRO SIMÕES** (e co-autoria de **Aline Fernanda Lopes**)

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO INTERMEDIÁRIO E PERMANENTE DO ARQUIVO GERAL DA UFBA, **NANCI MOREIRA DOS SANTOS** (e co-autoria de **Patrícia Reis**)

O “DISCURSO DE/SOBRE” A LEI Nº 12.527 EM DUAS MATERIALIDADES: A LEI E O JORNAL, **FERNANDA KIELING PEDRAZZI**

NORMATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS, **FERNANDO ALVES DA GAMA (e co-autoria de Ivone Gomes de Brito)**

O MARKETING COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO DAS ATIVIDADES ARQUIVÍSTICAS, **FERNANDA MARCELE SANTANA LAGE LINHARES (e co-autoria de Nídia Maria Lienert Lubisco)**

APLICAÇÃO DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, DA USABILIDADE E DA ACESSIBILIDADE EM WEB SITES DE ARQUIVOS, **FERNANDO LUIZ VECHIATO (e co-autoria de Vânia Jaqueline Domingues, Ana Maria da Silva Rebelo, Alexandre Fernal)**

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A DISCIPLINA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA OFERTADA NOS DIFERENTES CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL., **TIELE PADILHA SILVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti.)**

O DIAGNÓSTICO DE ARQUIVO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO DO FAZER ARQUIVÍSTICO: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS II NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB, **KETLEN OLIVEIRA ESTEVAM (e co-autoria de Maria José Cordeiro de Lima)**

ARQUIVOLOGIA: NOVAS TECNOLOGIAS E ANTIGOS DESAFIOS, **EVA CRISTINA LEITE DA SILVA (e co-autoria de Graziela Martins de Medeiros, Luciane Paula Vital)**

"METODOLOGIA PARA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS" , **LEANDRO RIBEIRO NEGREIROS (e co-autoria de Welder Antônio Silva, Cíntia Aparecida Chagas Arreguy)**

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO NO SÉCULO XIX: A ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA COLEÇÃO DE IMPRESSOS DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL, **EVERALDO PEREIRA FRADE (e co-autoria de José Benito Yárritu Abellás e Nínive Britez Biçakçi)**

PRESERVAÇÃO E ACESSO: RAZÕES E CAMINHOS DE UM PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: O CASO DO ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO MAST, **JOSÉ BENITO YÁRRITU ABELLÁS (e co-autoria de Everaldo Pereira Frade)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO: MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO ESTADO DA PARAÍBA, **ISMAEL BATISTA DOS SANTOS SILVA**

A PRODUÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NO SOFTWARE DE GESTÃO DOCUMENTAL NUXEO SOB A ÓTICA DA ARQUIVÍSTICA, **SERGIO RENATO LAMPERT (e co-autoria de Daniel Flores)**

OBJETOS VIRTUAIS INTERATIVOS NO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA, **LUCIANA OLIVEIRA PENNA DOS SANTOS Luciana Souza de Britto, Rafael Augusto Penna dos Santos**

A SAÚDE NO BRASIL E OS ARQUIVOS MÉDICOS COMO INSTRUMENTO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA, **RAONE SOMAVILLA**

DISCURSOS DE MEMÓRIA DO ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO, **EVELYN GOYANNES DILL ORRICO (e co-autoria de Eliezer Pires da Silva)**

O USO DE TECNOLOGIAS PARA MAPEAMENTO DE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICA, **BRUNO OLIVEIRA DA COSTA (e co-autoria de Elias de Oliveira)**

ARQUIVO DIGITAL ESCOLAR(ARQDESC) ARQUITETURA DE UM SISTEMA INFORMATIZADO PARA O ARQUIVO DA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO, **IRANY RODRIGUES BARBOSA (e co-autoria de Josemar Henrique de Melo)**

SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (SIA-APM): UMA EXPERIÊNCIA DE DIFUSÃO ON LINE, **RENATO PINTO VENANCIO**

A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, **ANA LÚCIA DA SILVA DO CARMO**

ANÁLISE DO MÓDULO ARQUIVO DO SISTEMA PERGAMUM, **ANA PAULA ALVES SOARES**

PRESERVAÇÃO DIGITAL E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: O USO DA NORMA ISO/IEC 17799 – CÓDIGO DE PRÁTICA PARA GESTÃO DA SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE SALVADOR DURANTE A REALIZAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS, **RAFAEL BOTELHO DORIA (e co-autoria de Sérgio Franklin Ribeiro da Silva)**

A APLICABILIDADE DO MARKETING NO ARQUIVO, **NELMA CAMÊLO DE ARAUJO (e co-autoria de Ana Paula Barbara)**

ARQUIVISTA: MANEJO DE ARQUIVOS E DE REGISTROS, **ELAYNE ORTOLAN ALTOÉ (e co-autoria de Taiguara Villela)**

O PAPEL DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS (FAPEAM) PARA A ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DOCUMENTAIS NO AMAZONAS, **RODOLFO ALMEIDA DE AZEVEDO (e co-autoria de Francisca Deusa Sena da Costa)**

A ONTOLOGIA DO CUIDADOR: ARTICULAÇÕES ENTRE AS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL MÉDICO E DO PROFISSIONAL ARQUIVÍSTICO., **MICHELLE CHAVES DE ARAÚJO (e co-autoria de Esmeralda Porfírio de Sales)**

O ARQUIVO DE LINA BO BARDI: REVISITANDO UMA EXPERIÊNCIA, **JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS**

LEGISLAÇÃO SOBRE DOCUMENTOS DE PROCESSOS JURÍDICOS PARA DIGITALIZAÇÃO., **MARCELO FERNANDES RODRIGUES (e co-autoria de Diana Vilas Boas Souto)**

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SOB O OLHAR DOS ALUNOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO (e co-autoria de Ismael Batista dos Santos Silva, Katyuscia Sales de Assis)**

APLICABILIDADE DO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS: UM ESTUDO NA UFBA, **LUCINEIDE NASCIMENTO DE ALMEIDA DIAS (e co-autoria de Dulce Paradello)**

OS ARQUIVOS/REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO AMBIENTES DE LIVRE ACESSO À PRODUÇÃO DOCUMENTAL ACADÊMICA CIENTÍFICA, **GLEISE DA SILVA BRANDÃO (e co-autoria de Keyla Sousa Santos)**

ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO CINEMÓRIA – A HISTÓRIA DAS SALAS DE CINEMA DO ESPÍRITO SANTO (1907-2008), **ANDRÉ MALVERDES**

DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM AMBIENTE DE ARQUIVO, **LUIZ ANTONIO SANTANA DA SILVA (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

SUBPROJETO FOTOGRAFIA NA LATA : CRIATIVIDADE COM PINHOLE E MARMORIZAÇÃO, **JANAINA VEDOIN LOPES (e co-autoria de Carlos Blaya Perez, Bruno Stock, Carla Saldanha da Silva, Letícia da Silva Fausto, Tamy Silva)**

DE 1999 A 2012- O PANORAMA DA CONSTRUÇÃO DE WEBSITES EM INSTITUIÇÕES DE ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO NO BRASIL, **LEANDRA NASCIMENTO FONSECA (e co-autoria de Fernanda Maria da Costa)**

A ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES BRASILEIROS: RELATO DO ARQUIVO CLARICE LISPECTOR, **MARCOS ULISSES CAVALHEIRO (e co-autoria de Sonia Maria Troitiño Rodriguez)**

ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E REDES DE COOPERAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) DO BRASIL, **RENATO MOTTA RODRIGUES DA SILVA**

DESAFIOS DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA: DA ESCOLHA NO VESTIBULAR AO MERCADO DE TRABALHO, **FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA COSTA**

O MAPEAMENTO CULTURAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ, **MARIA DO SOCORRO BAIA DOS SANTOS (e co-autoria de Terezinha Maria de Jesus da Conceição Lima)**

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUPORTE PARA A TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA: O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2006-2010), **BRUNO MACEDO NATHANSOHN**

ATORES ACADÊMICOS DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL, **ELIEZER PIRES DA SILVA (e co-autoria de Thais Tavares Martins e Natacha Silva Fonseca)**

O USO DAS TÉCNICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O REGISTRO DAS LIÇÕES APRENDIDAS NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS, **MILENA DE JESUS MELO**

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL: ESTUDO DE CASO EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DE PORTO ALEGRE/RS, **VERA LÚCIA SANTOS DOS SANTOS**

FOTOGRAFIAS DE ROMEIROS COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO, **ARILUCI GOES ELLIOTT (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DOS USUÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO DO USO DA BASE DE DADOS ACCESSUS, **RENAN MARINHO DE CASTRO**

CORRELAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E OS ANSEIOS DA HISTORIOGRAFIA NA ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL, **AUGUSTO CÉSAR LUIZ BRITTO**

MIGRAÇÃO DE SUPORTE DE FITAS MAGNÉTICAS DE ÁUDIO CASSETE: UM ESTUDO PRELIMINAR DO TRIBUNAL REGIONAL DA 4ª REGIÃO – TRF4, **MAURO SÉRGIO DA ROSA AMARAL**

A UFSM NO PROJETO RONDON – CAMPUS AVANÇADO DE RORAIMA: DESCRIÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES (e co-autoria de Daniel Flores)**

ARQUIVOS SETORIAIS: EXPANSÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS NA UFSM, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO** (e co-autoria de **Camila Poerschke Rodrigues, Cristina Strohschoen, Débora Flores, Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Rocha Retamoso, Neiva Pavezi, Rita Medianeira Ilha, Rosilaine Zoch Bello**)

ESPAÇOS INFORMACIONAIS VIRTUAIS: A DISPONIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO**

DOCUMENTAÇÃO SERGIPANA E AS NOVAS TIC'S: IMPACTOS E PRÁTICAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO ACERVO DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA CENTRAL., **JOSEANE OLIVEIRA DA CRUZ** (e co-autoria de **Melânia Lima Santos, Ycaro Swuan Andrade Cor, Izabel Cristina da Silva Santos**)

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL (DAG/UFSM), **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES** (e co-autoria de **Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Regina Rocha Retamoso, Maiara de Arruda Nascimento**)

O ACESSO E O SIGILO DOS DOCUMENTOS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

QUANDO UM E-MAIL É UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

O USO E "PÓS-USO" DA INFORMAÇÃO ORGÂNICA ARQUIVÍSTICA, **RODRIGO FORTES DE AVILA**

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE PROCESSOS JUDICIAIS, **TASSIARA JAQUELINE FANCK KICH**

POLÍTICAS DE GESTÃO DOCUMENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG: DO SONHO À REALIDADE, **TATIANE VEDOIN VIERO** (e co-autoria de **Andrea Gonçalves dos Santos, Karin Christine Schwarzbald**)

SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (SIGED/TJMG) EM FACE DOS REQUISITOS FUNCIONAIS DO E-ARQ BRASIL., **GISELI MILANI SANTIAGO BALBINO** (e co-autoria de **Leandro Ribeiro Negreiros**)

GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS UNIDADES DE ARQUIVO E PROTOCOLO DA UNIRIO, **FABIANA DA COSTA FERRAZ PATUELI**

GERÊNCIA DE ARQUIVOS I : UMA RELAÇÃO TEÓRICA SOB A ÓTICA PRESENCIAL E VIRTUAL., **ROSANARA PACHECO URBANETTO** (e co-autoria de **Tatiana Costa Rosa**)

DIMENSÕES METACOGNITIVAS NO PROCESSO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA, **DULCE AMELIA DE BRITO NEVES** (e co-autoria de **Dirlene Santos Barros**)

ARQUIVO E ESCOLA: A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA DIFUSÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS, **PRISCILA RIBEIRO GOMES** (e co-autoria de **Magno Vinicius da Silva Monteiro, Alinne Pereira da Costa**)

LEITURA DOCUMENTÁRIA E ESTUDOS PALEOGRÁFICOS: O OLHAR ARQUIVÍSTICO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA ANTIGA PARAIBANA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA RELATIVA ÀS ELITES PROVINCIAIS (1824-1840) , **FRANCINETE FERNANDES DE SOUSA** (e co-autoria de **Roberto Jorge Chaves Araújo**)

DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM UNIDADES INFORMACIONAIS

Luiz Antonio Santana da Silva –

santana_luiz06@yahoo.com.br

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em

Ciência da Informação (PPGCI-UNESP/Marília).

Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Bacharel em Arquivologia (UNESP/Marília).

Telma Campanha de Carvalho Madio –

telmacarvalho@marilia.unesp.br

Professora assistente do Departamento de Ciência da Informação

da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Campus Marília.

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal realizar uma discussão a respeito de documentos audiovisuais em ambiente de arquivo, ou seja, a forma como esse gênero documental é visto e tratado dentro das instituições arquivísticas. No desenvolver da discussão, o objeto de estudo foi abordado, levantando literatura sobre arquivos e documentos audiovisuais, assim como o arrolamento das especificidades no tratamento arquivístico dessa documentação, além de identificar as diferentes maneiras como se apresentam em cada unidade de informação (biblioteca e museu), delineando o tratamento dos documentos audiovisuais dentro dessas unidades. Como documentos de arquivo que são, foi abordado o caráter orgânico desse tipo de documentação a fim de subsidiar o processo de tomada de decisão nas organizações, servindo como prova de ações administrativas e futuramente servir de mantenedor de memória institucional registrada nesses documentos destituídos de linguagem textual.

Palavras-chave: 1. Audiovisual 2. Documento de arquivo 3. Unidades de informação.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, foca-se uma discussão em relação aos documentos arquivísticos em suportes diferentes do convencional, ou seja, documentos audiovisuais presentes em unidades de informação, assim como os conceitos arquivísticos que englobam sua produção e organização. Na discussão teórica, busca-se o desenvolvimento de referenciais teóricos e metodológicos interdisciplinares acerca dos procedimentos envolvidos na produção e na organização da informação que por sua vez está registrada em diferentes suportes.

Abordado pela arquivística tradicional como materiais especiais, mesmo sendo documentos ditos de arquivo, ganham grande proporção na contemporaneidade principalmente na segunda metade do século XX com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação que virão com grande força se estabelecendo em um ambiente social denominado sociedade da informação. A designação sociedade da informação é comentada por Mattelart (2002) tendo como ponto de partida o período pós-guerra.

Essa noção de sociedade da informação se formaliza na sequencia das máquinas inteligentes criadas ao longo da Segunda Guerra Mundial. Ela entra nas referencias acadêmicas, políticas e econômicas a partir do final dos anos 1960. Durante a década seguinte, a fábrica que produz o imaginário em torno da nova “era da informação” já funcionava a pleno vapor. Os neologismos lançados na época para designar a nova sociedade só mostrarão seu verdadeiro sentido geopolítico às vésperas do terceiro milênio com o que se convencionou chamar de “revolução da informação” e com a emergência da Internet como nova rede de acesso público. A segunda metade do século XX faz-nos assistir, certamente, à formação das crenças no poder miraculoso das tecnologias informacionais; entretanto, não se deve esquecer a obra de longo prazo. (MATTELART, 2002, p. 8-9)

Neste novo cenário a arquivística tradicional não pode ater-se apenas nos suportes tradicionais no que tange a gestão e organização da informação, uma vez que novos suportes de registro ascendem em grande escala na atualidade. Em meio a aspectos multiformes que tais documentos apresentam, questões levantadas despertam divergências entre os teóricos da área e conseqüentemente conflitos referentes ao novo tipo de documentação nos ambientes informacionais. Desse modo, rever conceitos em busca de referenciais teóricos que abordem questões voltadas para a produção e organização da informação na fase corrente da documentação audiovisual é um dos pontos discutidos neste trabalho.

A multiface que os suportes dispõem – do papel a menor unidade de armazenagem digital (*bit*) – reclamam uma discussão aprofundada e consistente quanto aos seus aspectos e a

forma como se apresentam dentro do universo da Ciência da Informação e suas subáreas. Pontuar uma discussão teórica a respeito de conceitos, características, definições, formatos, semelhanças e diferenças, e o perfil dos documentos audiovisuais dentro de arquivos correntes cujo valor administrativo ainda vigora, é uma reflexão que exige empenho.

Desde os primórdios da Ciência da Informação, com Paul Otlet e Henri La Fontaine em 1895, então ciência nova tida como a organização sistemática da documentação, as publicações científicas são apenas elementos, partes, capítulos, parágrafos de uma vasta enciclopédia de documentos que engloba o universo. Essa ideia surge juntamente com a fundação, em Bruxelas, do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) como produto de espíritos visionários. (MATTELART, 2002). Exercitando seu espírito visionário, Otlet expõe sua convicção:

Que o século XIX, com a aceleração da velocidade dos fluxos de informação e de comunicação, já gerou uma opinião de dimensão planetária e que a emergência dos “públicos” modernos é o resultado de meios de comunicação que não cessam de ampliar o “círculo social” “para além de todas as limitações de clãs, de classes, de confissões, de Estado... até os limites do gênero humano (MATTELART, 2002, p. 49 apud TARDE, 1890, s/p).

Reafirmando essa corrente fundadora da Ciência da Informação, assim como seus fundadores, Shera e Cleveland (1977) dizem que o primeiro marco a ser considerado na construção dessa nova ciência é o encontro de Paul Otlet e La Fontaine, em Bruxelas, em 1892, quando são lançadas as bases para a criação do IIB, que tinha por propósito estabelecer a compilação internacional da informação bibliográfica registrada. Com a criação do IIB, não se pode deixar de abordar um dos dois pontos principais da fundação desse instituto: a definição de documento. A definição de documento sugerida pelo instituto em 1908 é a seguinte:

Tudo aquilo que represente ou expresse por meio de sinais gráficos (escritas, diagramas, mapas, algoritmos, símbolos) um objeto, uma ideia ou uma impressão os textos impressos (livros, revistas, jornais) constituem, hoje, a categoria mais numerosa de documentos (FONSECA, 2005, p. 14-15 apud SHERA e CLEVELAND, 1977, p. 251).

É possível notar que tal definição é abrangente e não engloba o documento de arquivo. Partindo do princípio de que a sociedade se modifica, não foi possível que essa definição se mantivesse, uma vez que a mobilidade dos meios de comunicação e informação é grande, a definição necessitou de alguns reajustes para dar conta das demandas sociais quanto à

produção de documentação. Segundo Fonseca (2005), em 1937, Paul Otlet vê a necessidade de ampliar a definição anterior, afirmando que

Documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é também, atualmente, o filme, o disco e toda parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica (FONSECA, 2005, p. 15 apud OTLET, 1937, s/p).

Nitidamente já se falava no crescente aumento de novos tipos e formatos documentais, e conseqüentemente na preparação que os profissionais da informação deverão ter para lidar com o surgimento de novos documentos na administração. Sendo assim, Fonseca (2005) aborda a questão do enquadramento dos profissionais da informação frente ao dinamismo na produção documental, mostrando que documentos representativos de atividades institucionais não são somente registrados em papéis, mas também em filmes, fotografias e discos. A partir desse ponto, tomou-se interesse em abordar a entrada de documentos audiovisuais em ambiente de arquivo, assim como seu caráter orgânico por meio da discussão teórica dentro da literatura arquivística.

A documentação audiovisual, que é o objeto dessa pesquisa, inserida em ambiente de arquivo ainda pode causar desconforto quando se discute seu caráter orgânico e funcional. Por que acontece nos arquivos? Qual será o motivo que esse tipo de documento seja considerado especial? Essas indagações balizaram o desenvolvimento da pesquisa e tentou-se discuti-las. Muitas vezes o formato e o suporte diferenciados do convencional, ou seja, o papel como tradicionalmente a documentação se apresenta dentro de um arquivo, pode causar impacto, uma vez que o ambiente já está adaptado a esse tipo de suporte e/ou formato. Na maioria das vezes esse tipo de documentação é usado como peças museológicas e não como documento, pois se costumam usar tais documentos como artefatos de exposições, e não se observa seu contexto de produção.

A respeito desse assunto, Lopez (2000, p17) reforça a ideia sobre o simples fato de se preservar o documento em sua forma física dizendo que: “Em outras situações-problema, ainda mais extremas, a mera preservação física dos documentos é vista como se constituísse a própria organização arquivística”. A documentação audiovisual, além de retratar esses aspectos, reflete e permite compreender a estruturação institucional, seus objetivos e finalidades na elaboração e confecção desse tipo de documento. Nesse sentido, abordar sob a luz dos princípios arquivísticos a inserção de documentos audiovisuais em ambientes

informacionais, mais especificamente em arquivos correntes, é a questão central desta pesquisa.

2 O DOCUMENTO AUDIOVISUAL EM AMBIENTE ARQUIVÍSTICO

Na obra¹ de Schellenberg, é possível visualizar seu esforço pela compreensão de documentos não-textuais em ambiente de arquivo, em sua fase corrente, assim como o tratamento desses materiais inserindo-os nesse contexto. Segundo ele, documentos de arquivo são:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias, ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2004, p.40, grifo nosso).

Nessa definição é possível visualizar que o autor tem ciência de que o documento de arquivo, não é somente papel, nesse caso fotografias, além de serem documentos que atendem as necessidades dos administradores devido ao valor de prova. Em se tratando de gestão arquivística de documentos não-textuais, as necessidades metodológicas não são distintas dos ditos documentos tradicionais. Já na concepção de Bellotto (2004), documentos de arquivos também se apresentam na forma de audiovisuais:

Os documentos de arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando essas documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte. (BELLOTTO, 2004, p. 37 grifo nosso).

Logo, pode-se afirmar que os documentos de arquivo são produzidos em suportes não textuais, como por exemplo, fitas magnéticas (analógica e digital). Assim, qualquer instituição pública ou privada produz e recebe documentos audiovisuais para fins de prova de ações administrativas. Antes de abordar o documento audiovisual, é importantíssimo definir o que se entende por documentação audiovisual. Para isso, consultou-se o Dicionário Brasileiro de

¹ Arquivos modernos: princípios e técnicas, 2004.

Terminologia Arquivística que classifica documentação audiovisual como “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros, como filmes e fitas videomagnéticas”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73).

Já no Dicionário de Terminologia Arquivística de Heloísa Liberalli Bellotto e Ana Maria de Almeida Camargo, a definição de documentação audiovisual é a seguinte: “gênero documental que utiliza como linguagem básica à associação do som e da imagem”. (BELLOTTO; CAMARGO, 1996, p.27). No entanto, as autoras Cirne; Ferreira (2002), sob o olhar ibérico, busca uma definição de documento audiovisual embasadas nos dicionários de terminologia arquivística de Lisboa publicado em 1993, cuja definição encontrada por ambas diz:

Assim, e segundo um conceituado instrumento de apoio da moderna arquivística, um documento audiovisual é um documento cuja informação é veiculada através de um código de imagens fixas ou móveis, e de sons, carecendo de equipamentos apropriados para ser visto e ouvido. (CIRNE; FERREIRA, 2002, p.116).

Nesse breve levantamento, foi possível identificar que não há um consenso de definição do que venha a ser documento audiovisual. Percebeu-se em algumas definições acima, que um documento audiovisual pode ser desprovido de áudio e em outros casos, imagem e som devam vir associados para ser considerado como documento audiovisual. Para tanto, a necessidade de aprofundar a discussão sobre a forma como os documentos audiovisuais se apresentam dentro de ambientes informacionais é indispensável, e como resultado trará uma nova visão quanto ao seu tratamento dentro de tais ambientes.

Para Lopez (2000), o documento imagético (aquele que contém imagens em movimento ou não) não é distinto de um documento textual. Ele está sujeito às mesmas necessidades metodológicas de organização e classificação dos demais gêneros documentais. Lopez deixa explícito que ambos devem respeitar os princípios arquivísticos que lhe são impostos com a finalidade de fornecer ao usuário toda informação possível contida naquele documento.

Mas, essa visão não é freqüente nos arquivos, pois alguns teóricos fazem uso do tratamento diferenciado, ou seja, o tratamento por suporte documental. Essa visão é empregada por Lobo (1986) ao afirmar que documentos escritos e documentos imagéticos devem receber tratamento diferenciado, uma vez que tais documentos necessitem de mais

recursos financeiros para sua preservação, pelo fato do suporte ser distinto aos documentos textuais.

Com relação ao tratamento diferenciado aos documentos audiovisuais é válido se embasar nessa afirmação quando o tratamento é voltado para questões de conservação e preservação dos suportes fílmicos, pois necessitam de tratamento diferenciado em relação ao suporte papel. O que não deve ocorrer é a falta de respeito para com os princípios arquivísticos, independente do suporte, quando se pretende empregar organização arquivística a qualquer acervo documental.

As especificidades de cada um dos suportes de arquivo deve ser examinada no respeito dos princípios nos quais assenta a disciplina arquivística. Assim, os princípios que regem as funções de avaliação, classificação, aquisição, descrição, comunicação e conservação permanecem os mesmos para todos os arquivos, aos quais devem ser aplicados métodos de tratamento específicos para dar conta das características inerentes aos diferentes suportes de informação (CIRNE; FERREIRA, 2002, p.117).

Mesmo em meio às especificidades dos suportes de arquivo algumas instituições ainda mantêm o tratamento diferenciado. Todavia, deve-se acautelar em relação a isso, pois muitas instituições sejam elas públicas ou privadas, não veem dessa maneira, justamente pela diferença do suporte ou pela técnica empregada na produção do documento quanto à organização dos mesmos.

O olhar individualizado voltado à documentação audiovisual, também é empregado pela arquivística pelo motivo de sua forte tradição documental textual ser bem marcante. Durante muito tempo voltada somente os documentos textuais, a arquivística tradicional preocupou-se pouco com o tratamento de documentos não-textuais (CIRNE; FERREIRA, 2002).

Dessa forma, os documentos audiovisuais foram considerados como documentos especiais e, por muito tempo, em alguns casos, até nos dias atuais, recebem cuidado diferenciado sendo desprovidos de qualquer princípio arquivístico no seu tratamento. Segundo Couture e Rousseau (1998), somente na segunda metade do século XX houve uma preocupação por parte dos arquivistas.

Foi apenas durante os anos 1960 e 1970 que os arquivistas se interessaram verdadeiramente pela questão da inclusão dos documentos não textuais nos seus respectivos fundos de arquivo. Como consequência por ter tomado a seu cargo todos os arquivos, qualquer que fosse a sua natureza ou suporte, a disciplina arquivística desenvolveu normas e práticas que, hoje em dia, têm em conta todos os suportes de informação (COUTURE; ROSSEAU, 1998, p. 227).

Contudo, mesmo após esse reconhecimento da Arquivística, os documentos não textuais ainda sofrem resistência quanto ao seu tratamento arquivístico adequado dentro dos arquivos. O tratamento deve ser o mesmo aplicado aos documentos textuais, pois esses em suporte fílmico também são documentos de arquivo. Outra abordagem é feita por Bellotto (2004) quanto ao cuidado que se deve tomar quando se fala em tratamento que é aplicado aos documentos. É destacada a noção de *respect des fonds* (*ordem de respeito aos fundos*), a qual é primordial para realização do fazer arquivístico para não se misturar documentos de diferentes instituições, dificultando a formação de fundos.

O que constitui um fundo no arquivo é a proveniência do documento independente do suporte. Para compreendermos a imagem como um documento, devemos ter claro não somente o registro que está no suporte, mas também os motivos que a geraram e produziram, compreendendo o contexto de produção, não a tomando diretamente como prova ou evidência de algum fato ocorrido sem a contextualizar.

3 APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS BASILARES ENTRE ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU.

As unidades de informação, mais especificamente arquivos, bibliotecas e museus, têm como missão comum a recuperação da informação registrada em seus documentos. Dessa forma, os arquivos e museus têm co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, voltado para divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico. (BELLOTTO, 2004).

A fim de apurar o conceito de museu², foram consultados os estatutos do Conselho Internacional de Museus - ICOM³, (*International Council of Museums*), aprovado durante a conferência geral 21, em Viena, Áustria, em 2007, onde estabelece que:

² A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity and its environment for the purposes of education, study and enjoyment. Disponível em: <http://icom.museum/who-we-are/the-vision/museum-definition.html>. Acesso em: 15 jul. 2012.

³ Criado no ano de 1946 em Paris, o *International Council of Museums (ICOM)*, é uma organização internacional dos museus e dos profissionais dos museus dedicada a promover os interesses de museologia e das demais disciplinas relativas a gestão e as atividades dos museus. Representa a profissão museológica no plano internacional, e é um instrumento técnico para realizar os programas da *UNESCO* referentes ao desenvolvimento dos museus (ZEBIAUR CARREÑO, 2004, p. 11, tradução nossa).

Os museus são instituições sem fins lucrativos, permanente ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, conservam, pesquisam, comunicam e expõem o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu meio ambiente para fins de educação, estudo e diversão. (*International Council of Museums – ICOM, 2007, tradução nossa*).

Por sua vez, a biblioteca se configura em uma:

Coleção organizada de registros da informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que tem atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender as necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários. Neste contexto, a palavra biblioteca abrange os objetivos e funções de outros tipos de serviços de informação que seriam qualificados como centros de documentação, serviços de informação, unidades de informação, entre outros. (CAVALCANTI; CUNHA, 2008, p. 48).

Assim, embora haja coleções em arquivos, o ponto mais forte que diferencia o arquivo da biblioteca e do museu são as coleções e a forma de adquirir, recolher e tratar esses documentos colecionados. Nos museus e bibliotecas, a documentação é expressa em coleções e são voltadas para fins de pesquisa e recreação, diferentemente dos arquivos, que lidam com conjuntos documentais probatórios de atos administrativos. As diferenças e semelhanças entre os arquivos, bibliotecas e museus são identificadas como uma ferramenta de reflexão para perceber a diferença do tratamento e a forma como a documentação, nesse caso, audiovisual recebe nessas instituições.

O intuito de tal comparação tem por objetivo apontar as características do documento audiovisual nessas unidades, bem como a finalidade e os usuários dessa documentação. Nesse sentido, Smit (1995, p. 06) alerta os profissionais da informação que lidam com esses materiais, que devem ter em mente que não estão trabalhando com textos ao dizer que “o documento audiovisual tem sua especificidade que deve ser obrigatoriamente levada em conta no momento de seu tratamento”.

QUADRO⁴ 01 - As unidades de informação e suas especificidades.

⁴ Quadro comparativo adaptado de Ray Edmondson (1998) de sua publicação: *Uma filosofia dos arquivos audiovisuais* publicado pela UNESCO, onde são encontradas as três unidades de informação, bem como seus tratamentos aplicados aos documentos provenientes de cada uma. Esse quadro comparativo mostra de uma forma geral o cenário de uma unidade de informação em cumprimento de sua missão, isto é, como a informação é tratada até chegar ao seu destino final.

Característica	ARQUIVOS	BIBLIOTECAS	MUSEUS
O que mantêm?	Registros inativos ⁵ selecionados: qualquer formato, normalmente únicos	Materiais publicados em todos os formatos	Objetos, artefatos, documentos associados
Como o material é organizado?	Na ordem ⁶ estabelecida E usada pelos seus criadores.	Sistemas de classificação externa (por exemplo: Dewey, Biblioteca do Congresso)	Sistema adotado compatível com natureza e condição dos itens
Quem pode ter acesso?	Criadores do documento. Depende da política e legalidade, doador/condições de depositador	Depende de política, público geral ou comunidade definida	Depende de política, público geral ou comunidade definida
Como encontrar o que se pretende?	Guias ⁷ , inventários, outros documentos.	Catálogos, estantes, consultas	Exibições visuais e consulta
Onde se tem acesso?	Sob as premissas da instituição, sob supervisão	Sob as premissas da biblioteca, ou empréstimo	Em áreas de exibição
Qual é o seu objetivo?	Proteção ⁸ dos arquivos, e seu valor evidencial e informador.	Acessibilidade e/ou de preservação de materiais e informações	Preservação e acessibilidade de artefatos e informações
Por que são visitados?	Prova ⁹ de ações e transações, pesquisa, divertimento.	Pesquisa, educação, divertimento	Pesquisa, educação, divertimento
Quem cuida do material?	Arquivistas	Bibliotecários	Conservadores de museu

Concluindo, pode-se dizer que a biblioteconomia e a museologia tratam de documentos individuais e a arquivística de conjuntos documentais. Reforçando o tratamento documental dado a documentos audiovisuais, é aconselhável que se tenha em mente o valor

⁵ O termo – inativos – é usado no quadro, pois se refere aos documentos de guarda permanente mantidos em arquivos depois de cumprirem necessidades administrativas.

⁶ Essa – ordem – na qual Edmondson (1998) se refere, diz respeito sobre a ordem original dada pela entidade coletiva e deve ser respeitada no momento de qualquer intervenção arquivística, bem como o princípio de proveniência.

⁷ Os guias, inventários, catálogos e índices são instrumentos de pesquisa multiníveis que estão disponíveis nos arquivos de caráter permanente para consulta da informação que se busca. Na fase corrente dos arquivos, esses instrumentos são conhecidos como planos de classificação (estrutural ou funcional), tabela de temporalidade, sistemas integrados de gestão arquivística, gerenciamento eletrônico de documentos, dentre outros.

⁸ Os arquivos sejam públicos ou privados protegem seus documentos, pois esses provam ações desempenhadas pelas instituições, assim como o valor informacional que eles proporcionam.

⁹ Os arquivos são visitados devido ao fato de provarem ações administrativas, além de outras finalidades como, por exemplo, a pesquisa histórica e atividades culturais. No entanto, a finalidade cultural nos arquivos não difundida, pois o valor probatório dos documentos de arquivo assume uma posição superior as demais.

primário¹⁰ dos documentos para realizar qualquer intervenção arquivística, assim como ocorre na gestão dos documentos arquivísticos textuais.

A gestão documental¹¹ possibilita a qualquer instituição um melhor aproveitamento informacional, o que resulta na facilidade e agilidade no processo de tomada de decisões por meio das informações orgânicas¹². Além de sistematicamente refletir em seus documentos (independentemente do gênero ou suporte), as atividades desempenhadas pela instituição contribuem com a constituição da memória institucional refletindo a sociedade na qual as instituições se inserem.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscou-se, através de um breve levantamento bibliográfico, situar o documento audiovisual no cenário arquivístico, uma vez que esses são dotados de valor probatório e comprovam atos administrativos, sendo assim, documentos de arquivo. Levantaram-se algumas situações-problema básicas quanto ao tratamento dado a esse tipo de documento dentro dos arquivos, encontradas até mesmo na literatura arquivística. Procurou-se conceituar consistentemente documentos audiovisuais, utilizando-se dicionários de terminologia arquivística e definições na literatura, com o propósito de se conhecer bem o objeto de estudo.

Fez-se uma breve abordagem teórica a respeito de documentos audiovisuais abordando suas características na biblioteca e museu, traçando um paralelo entre essas três unidades informacionais, com o intuito de mostrar aspectos semelhantes e diferentes. A partir dessas questões levantadas a abordagem seguiu rumo a sistematização das ideias e pontos de vista embasados na discussão teórica, a fim de traçar e delimitar o documento audiovisual dentro de ambientes arquivísticos, solucionando desafios e propondo perspectivas para o tratamento adequado de audiovisuais na fase corrente.

¹⁰ Valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 171)

¹¹ Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento.

¹² As informações registradas em documentos produzidos e acumulados por qualquer tipo de organização refletem suas funções, atividades, ações, decisões e o desenvolvimento de suas relações para com a própria entidade e para com a sociedade. Denominamos esse tipo de informação de 'informação orgânica'. (BUENO; VALENTIM, 2010, p.234).

5 PONTOS ALCANÇADOS

Discorrer sobre alguns pontos abordando a documentação audiovisual em ambiente de arquivo permitiu a constatação de que registros munidos de imagens também são documentos administrativos, assim como qualquer documento de arquivo tradicional. Assim, o desafio que é encontrado dentro dos arquivos, ou seja, o não reconhecimento de documentos audiovisuais como documento arquivístico, foi superado. Visualizou-se que tais documentos possuem características específicas dentro de cada unidade de informação de acordo com as necessidades institucionais. As variedades de suportes de registros documentais permitem as instituições, mais especificamente arquivísticas, documentar suas ações de diferentes formas (textual ao digital).

Tais pontos destacados permitem um conhecimento mais aprofundado desse tipo de documentação para instituições que as trazem em seus arquivos ou coleções, resultando em um aproveitamento informacional maior por meio da gestão documental aplicada a esses documentos. A partir desses resultados parciais foi possível identificar e propor um procedimento arquivístico, a classificação funcional aplicada a documentos audiovisuais, que, acredita-se ser a melhor forma de tratar esses documentos na fase corrente. O conhecimento adquirido por meio da junção de procedimentos arquivísticos com as necessidades organizacionais possibilitam as instituições obter aproveitamento informacional diferenciado e, portanto, ágil para o processo de tomada de decisão, e, conseqüentemente, a satisfação do usuário.

6 CONSIDERAÇÕES

O tema abordado neste trabalho, ainda em fase de desenvolvimento, o não reconhecimento de audiovisuais como documento de arquivo, busca sob a ótica arquivística levantar os pontos conflitantes (desafios) e apontar soluções (perspectivas) para os problemas arraigados nas instituições arquivísticas por meio da discussão teórica. A produção documental de uma instituição em suporte não convencional é corriqueira, e atualmente é registrada cada vez mais em suportes diferenciados, como, por exemplo, os digitais, filmográficos, videográficos e fotográficos.

Dessa forma, pode-se afirmar que os documentos de arquivos não são produzidos exclusivamente em suporte papel, extrapolando questões de suporte, nesse caso, especificamente, fitas magnéticas ou digitais. Levantar uma discussão a respeito do tratamento documental adequado a documentos de arquivo não-textuais deve ser uma tarefa frequente na moderna arquivística, uma vez que o contexto atual da sociedade utiliza informações como combustível para se manter dinâmico. Em uma sociedade denominada sociedade da informação, o que não se pode ignorar são as maneiras como são produzidos e geridos os documentos nos diferentes suportes e ambientes informacionais, assim como as informações neles contidas.

A necessidade informacional é muito grande na sociedade atual, pois as informações são dotadas de valores que respondem aos anseios institucionais e também sociais. Destaca-se que, embora se obteve significantes respostas quanto ao problema em questão, ainda há grande necessidade de aprofundamento nesse tema, seja no arquivo, biblioteca ou museu, já que ao se abordarem questões que modificam paradigmas ou tradições, torna-se necessário embasamento teórico consistente e suficientemente coerentes, além de válidos.

AUDIOVISUAL DOCUMENTATION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN INFORMATION UNITIES

ABSTRACT

This essay mainly aims at focusing on the audiovisual documents in archival environment, and the way this document genre is seen and treated into the archival institutions. Throughout the development of the discussion, the object could be approached, through the bibliography about audiovisual documents and archives, as well as the identification of the specificities on archival treatment of this documentation, besides identifying different ways as they are stood for in each informational unity (library and museum), delineating the audiovisual documentation's treatment inside these unities. The organic character this kind of documentation has been discussed in order to support the decision-making process into the organizations, serving as administrative action's proof and, hereafter, institutional memory keeping registered on documents destituted from textual language.

Keywords: 1. Audiovisual 2. Archive document 3. Information unities.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BUENO, D. A.; VALENTIM, M. L. P. Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Academica, 2010. p. 233-253.

CAMARGO, A. M. A; BELLOTTO, H. L (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo;Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142 p.

CIRNE, M. T; FERREIRA, S. M. A ética para os profissionais da informação audiovisual: o dever tecnológico amoldar uma atitude. **Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação Cadernos BAD: Revista da APBAD**, Lisboa, n.1. p.115-129,2002.

COUTURE, C; ROUSSEAU, J. Y. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Pref. Frank B. Evans. Colaboradores: Florence Ares, Chantale Fillion, Marlene Gagnon, Louise Gagnon-Arguin, Dominique Maurel. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Revisão Científica Pedro Penteadó. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 356p.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros. ISBN 978-85-85637-35-4. 2008.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Disponível em: <http://icom.museum/who-we-are/the-vision/museum-definition.html>. Acesso em: 15 jul. 2012.

EDMONDSON, R. **Uma filosofia dos arquivos audiovisuais**. Paris: UNESCO, 1998.

JARDIM, J, M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

LOBO, Lucia Lahmeyer. Avaliação e seleção de fotografia. In: **Arquivo e Administração**. Rio de Janeiro, AAB, v. 10-74, n° 34-40,1986.

LOPEZ, A. P. A. **As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos**. 2000,f. Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 197p.

ROBERT, Jean-Claude. **Les rapports entre l’histoire e l’archivistique.** In: La place de l’archivistique dans la gestion de l’information: perspectives de recherche. Montreal: Université de Montreal, 1990.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. Pref. H. L. White, José Honório Rodrigues. Trad. Nilza Teixeira Soares. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as três marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, p.81 – 85, 1993.

SMIT, J. W. **Algumas questões sobre os documentos audiovisuais em bibliotecas.** São Paulo: APB, 1995.